



Anais da Assembléia

09

CURITIBA, DOMINGO, EM 01 DE MARÇO DE 1987.

ANO XIII

^a 1. SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO DA PRIMEIRA SESSÃO
ORDINÁRIA DA DÉCIMA PRIMEIRA LEGISLATURA
REALIZADA EM 1.^o DE MARÇO DE 1.987
DOMINGO

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Lindolfo Júnior.

Às onze horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acir Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborquetti, Mário Pereira, Nelson Vaasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Rubens Bueno, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer. Presentes, ainda, inúmeras autoridades civis, militares e demais convidados.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta e instalada a Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Décima Primeira Legislatura.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Na presente sessão, conforme mandamento constitucional, será lida a Mensagem Anual, em que Sua Excelência o Sr. Governador do Estado dá conta da situação geral do Estado e solicita as providências que julga necessárias.

Para receber Suas Excelências os Srs. Dr. João Elísio Ferraz de Campos, DD. Governador do Estado e o Desembargador Mário Lopes dos Santos, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, designo uma Comissão integrada pelos Srs. Deputados Quielse Crisóstomo, Antônio Belinati e Caíto Quintana.

Suspendo a sessão por alguns instan-

tes para a entrada de Suas Excelências.
(É suspensa a sessão)
(Está reaberta a sessão)

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a composição da Mesa.

Excelentíssimo Sr. João Elísio Ferraz de Campos, DD. Governador do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Sr. Desembargador Mário Lopes dos Santos, DD. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, DD. Prefeito Municipal de Curitiba;

Excelentíssimo Sr. Major Zeno Dias de Mattos, representante de Sua Excelência o Coronel-Aviador Archimedes de Castro Faria Filho, Comandante do CINDACTA II;

Excelentíssimo Sr. Deputado Anibal Khury, DD. Primeiro Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Sr. Deputado Lindolfo Júnior, DD. Segundo Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Esta Presidência tem a elevada honra de conceder a palavra ao Excelentíssimo Sr. Dr. João Elísio Ferraz de Campos, DD. Governador do Estado, para que faça a leitura da Mensagem Anual, em que Sua Excelência dá conta da situação geral do Estado, e solicita as providências que julga necessárias.

O SR. GOVERNADOR - (João Elísio Ferraz de Campos) Excelentíssimo Sr. Deputado Antônio Annibelli, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Sr. Deputado Anibal Khury, Primeiro Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Sr. Deputado Lindolfo Júnior, Segundo Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

Srs. Deputados, demais autoridades presentes, minhas Senhoras e meus Senhores. (Lê):

"Há 25 anos, o Paraná vive um novo ciclo na história do seu desenvolvimento político, econômico e social.

No início da década dos anos 60, sob a pressão das exigências da sociedade que clamava pela substituição das velhas estruturas, o Executivo e o Legislativo se uniram para editar um estatuto revolucionário que dotou o Estado de instrumentos hábeis para enfrentar a tarefa da modernização.

A lei que criou o Fundo de Desenvolvimento Econômico e a Companhia encarregada de administrá-lo, a CODEPAR, hoje BADEP,

de iniciativa do Poder Executivo, mas aperfeiçoada e aprovada nesta Casa, instituiu mecanismos apropriados, em sua época, para prover o Poder Público estadual dos recursos indispensáveis para implantar a infra-estrutura básica que faltava ao Estado - estradas, hidrelétricas, porto aparelhado para exportações, unidades armazenadoras e telecomunicações - para aperfeiçoar serviços públicos essenciais e financiar empreendimentos da iniciativa privada, destinados a diversificar a agricultura e desenvolver o setor industrial.

Com a contribuição generosa do seu povo e o Governo como indutor do processo, o Paraná serviu de exemplo como uma comunidade capaz de mobilizar seus recursos para desencadear um processo inédito de desenvolvimento.

Tudo isso foi possível graças a uma condição fundamental: com todas as limitações que a história e os cientistas políticos apontam, o Brasil era uma Federação. Os Estados tinham autonomia, podiam legislar sobre seus tributos e orientá-los para projetos de desenvolvimento.

Com a "reforma tributária" de 1967, os Estados perderam a autonomia fiscal, ficaram atrelados às diretrizes federais e dependentes, cada vez mais, dos recursos concedidos pela União. Foram despojados, gradativamente, de grande parte do seu poder de autodeterminação.

A partir de então, o desenvolvimento econômico do Paraná passou a subordinar-se quase totalmente às normas de aplicação dos recursos repassados por agências federais, como o BNDES, BNH, Caixa Econômica Federal, Banco Central e outras. Além disso, a fonte dos recursos repassados era a poupança institucional, como o Fundo de Garantia e o PASEP, gerados nos Estados, ou a poupança voluntária, como as cadernetas de Poupança, todos controlados pelo Governo Federal.

Apesar de todas essas dificuldades, o Paraná continuou crescendo, e cresceu muito.

Entre 1970 e 1980, o valor da produção agrícola multiplicou-se duas vezes e meia e o Estado continua sendo um dos principais esteios da agricultura nacional: participa com mais de 10% da geração da renda do setor, e 20% da produção de grãos: soja, trigo, milho e feijão.

No mesmo período, o valor da produção industrial cresceu mais de cinco vezes e a indústria paranaense, que em 1970 representava pouco mais de 3% da indústria do País, gera, hoje, quase 7% da renda industrial brasileira.

Mas, os paranaenses, não puderam desfrutar plenamente, dos benefícios desse esforço.

Os confiscos cambiais do café e da so-

ja, por exemplo, drenaram para os cofres da União, parte substancial da renda gerada pela nossa agricultura, sem a equivalente contrapartida de investimentos federais de interesse para a nossa economia e o nosso desenvolvimento.

Ao contrário, decisões arbitrárias de instituições financeiras do Poder Central restringiram a aplicação de recursos federais no Estado, como ocorreu no final dos anos 60 e 70, quando a instalação de indústria de óleos vegetais e têxteis foi praticamente proibida, ou, de maneira menos explícita, recentemente, quando investimentos no gênero metalomecânico foram dificultados e induzidos mediante incentivos oficiais, a se encaminharem para outros Estados.

Ademais, a política nacional de exportação para gerar divisas, adotada no período do chamado "milagre brasileiro" atingiu em cheio o Paraná, desarticulando a estrutura agrária que deu o principal suporte ao seu desenvolvimento em décadas passadas.

A expansão, sem o necessário planejamento, dos produtos agrícolas que exigem mecanização intensiva, resultou na redução drástica do pequeno produtor rural, um dos esteios da ocupação equilibrada do espaço interno com pequenas e médias cidades, características da ocupação econômica do Estado antes do predomínio do modelo exportador assentado na produção intensiva de grãos: a soja, principalmente.

O resultado perverso desse processo foi o êxodo de um milhão e duzentas mil pessoas que saíram do Paraná, só na década de 70, e a desordenada explosão populacional das grandes cidades paranaenses que absorveram, no mesmo período, cerca de dois milhões e seiscentas mil pessoas que abandonaram a zona rural do Estado.

Enquanto isso, o crescimento da indústria, apesar de ter sido elevado em termos relativos, partiu de uma base pequena e pouco adensada e não possibilitou a absorção dessa mão-de-obra excedente.

Nos anos recentes, sobreveio a crise. Para nós, uma crise dupla. No plano nacional, que igualmente nos atinge, escassearam os recursos para os investimentos: ano a ano, foram se tornando cada vez mais difíceis as dotações para fomento às atividades produtivas e para a expansão de programas essenciais de cunho social, como os de saneamento básico e de habitação popular. Internamente, esgotou-se o que tem sido impropriamente denominado "modelo paranaense de desenvolvimento".

A agricultura, não tem conseguido aumentar sua produção, nos últimos anos; não há novas fronteiras a ocupar e a produtividade das culturas de exportação já está ao nível dos padrões internacionais de ho-

je, o que não ocorre com a maioria dos produtos alimentícios.

O ritmo do crescimento industrial diminuiu com a recessão, a partir dos anos 80; de lá para cá, o setor não teve o dinamismo correspondente às expectativas da sociedade, apesar dos esforços dos empresários com o apoio que lhes tem dado o Governo.

Senhores Deputados.

Na história das Nações, as crises têm sido os agentes das grandes transformações sociais, econômicas e políticas. Elas, por sua própria natureza, indicam a existência de impasses que a sociedade deve solucionar.

Apesar dos efeitos negativos que penalizam a nossa sociedade, a crise recente serviu para evidenciar que atingimos o limite do crescimento possível, com o modelo que adotamos até agora. Mostra, também, que precisamos inovar, mudar a forma de produzir, criar novas oportunidades econômicas, como meio para resolvermos os problemas econômicos e sociais que nos afligem.

Precisamos dar empregos para os contingentes de jovens que, anualmente, ingressam na força do trabalho.

Precisamos crescer para gerar maior quantidade de tributos, indispensáveis ao financiamento dos programas sociais e econômicos do Governo, e para dar à população paranaense novas perspectivas, em termos de realização social, profissional, econômica e cultural.

Nos últimos quatro anos, realizamos considerável esforço em direção a esses objetivos.

Desenvolvemos, com tecnologia inovadora que deu maior rendimento aos recursos aplicados, o maior projeto de eletrificação rural já realizado no Brasil, beneficiando 120 mil pequenas propriedades e implementamos, pela primeira vez no Estado, um amplo programa de suprimento de energia elétrica com tarifas subsidiadas para os consumidores urbanos de baixa renda.

Incorporamos mais de um milhão de hectares ao programa, pioneiro no País, de preservação e manejo dos solos e de utilização racional das águas, preservando da destruição o patrimônio mais importante dos paranaenses, que são as terras férteis do nosso Estado.

Promovemos a expansão da base industrial, apesar das restrições impostas pela crise econômica nacional, com decidido apoio ao fortalecimento das indústrias existentes e a atração de novos empreendimentos para o Estado.

Privilegiamos as iniciativas do setor empresarial privado com o apoio dos órgãos estaduais de fomento - o BADEP, que em 1982, encaminhou mais da metade dos

seus créditos para projetos governamentais; destinou, entre 1983 e 1986, cerca de 94% de seus financiamentos para empreendimentos de iniciativa privada.

Fortalecemos, com programas específicos de industrialização das matérias-primas que produzem, o formidável complexo de cooperativas que tanto têm contribuído para a modernização da nossa economia agropecuária.

Consolidamos, com um amplo programa de obras rodoviárias, a malha de estradas alimentadoras que beneficiam diretamente o pequeno produtor, garantindo o escoamento das suas safras e expandimos, significativamente, a rede básica do nosso corredor de exportações.

Interiorizamos a estrutura física do sistema de serviços primários de saúde, integrando as prefeituras na realização das obras e na execução dos serviços, o que permitiu ao Paraná ser a primeira unidade da Federação a efetivar o programa das Ações Integradas de Saúde.

Ampliamos a assistência ao escolar carente com o aumento dos recursos para a merenda escolar - que é distribuída hoje, inclusive em períodos de férias -, e implementamos programas na área de ensino para excepcionais e nas atividades extra-curriculares destinadas a manter por mais tempo a criança na escola.

Asseguramos a participação da comunidade na condução dos negócios públicos, com a eleição dos diretores das escolas oficiais, criação dos conselhos comunitários de segurança, de entorpecentes, de saúde, de assistência aos egressos das penitenciárias e incorporamos representantes da iniciativa privada aos órgãos de planejamento e decisão do Governo na área econômica, com o fortalecimento do Conselho Consultivo de Política Comercial e Industrial do Paraná - COIND, do qual já participam mais de mil empresários de todas as regiões do Estado.

Elaboramos programas de preservação e estabelecemos padrões de proteção ao meio ambiente, com legislação restritiva ao uso de produtos químicos nocivos à agricultura, o desenvolvimento de pesquisas para o controle biológico de pragas, a proteção dos mananciais, o monitoramento e fiscalização das bacias hidrográficas e avaliação permanente da qualidade das águas.

Estendemos às pequenas comunidades rurais desprovidas dos equipamentos urbanos que servem às cidades, os benefícios de serviços primários de saneamento básico com instalação de sistemas simplificados de abastecimento de água utilizando, processo de mutirão, a mão-de-obra voluntária das próprias comunidades.

Recuperamos financeiramente e restauramos a confiança popular em empresas do

Governo, de importância fundamental para o nosso desenvolvimento, entre as quais o BANESTADO, a CAFE DO PARANÁ, a COPASA e outras, que encontramos em situação precária por deficiência gerencial.

Tive a honra de participar deste processo, presidindo o BADEP e exercendo a Secretaria das Finanças no período de governo do eminente Senador José Richa, que o povo paranaense, em memorável campanha eleitoral, reconduziu à Câmara Alta para, mais uma vez, representá-lo. Nos últimos dez meses, na chefia do Poder Executivo, senti ainda mais de perto a responsabilidade de dar continuidade a esta obra.

Entretanto, a despeito de todo esse esforço, sentimos cada vez mais os sintomas de que o desenvolvimento do Estado está diante de um impasse.

Sabemos, por exemplo, que a nossa agricultura, embora moderna e com alta produtividade para alguns produtos, pode rapidamente tornar-se obsoleta se não incorporar novas tecnologias; se não ingressar, sem perda de tempo, no campo da biogenética; se não expandir o processamento industrial dos seus produtos e não acelerar o adensamento do parque agro-industrial.

A infra-estrutura agrária terá que se adequar aos novos tempos, com a construção de mais armazéns, a seco e a frio, a organização do novo sistema de distribuição e comercialização, o aumento da disponibilidade de energia ao nível de fazenda e a oferta de novos serviços públicos para melhorar a qualidade da vida do campo.

Na indústria, esta necessidade de novos avanços é mais nítida e mais urgente. A tecnologia industrial está passando por um processo qualitativo de mudanças só comparável ao impacto da Revolução Industrial, principalmente com a incorporação da cibernética, elemento-chave do novo desenvolvimento que se esboça em escala mundial. As indústrias do Paraná não podem ficar à margem deste processo, sob pena de perderem cada vez mais espaço no mercado.

Estou certo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que para enfrentar estes desafios e respondermos ao clamor das massas marginalizadas e carentes, que exigem seus direitos a uma vida digna e a oportunidade de receberem um justo quinhão das riquezas que produzimos, teremos que desenvolver, urgentemente, um novo modelo de desenvolvimento econômico para o Paraná, sem o que não haverá projeto de desenvolvimento social possível.

É evidente que não temos condições de perceber, ainda, com muita nitidez, os contornos desse modelo. A única premissa que podemos estabelecer é que deve ser competente, equilibrado, socialmente aceitável e calcado nas demandas da comunidade.

de.

Nos dez meses que tivemos a honra de governar o nosso Estado, além de darmos continuidade a todos os programas que vinham sendo implementados pelo Executivo, tomamos algumas iniciativas que ampliam, consideravelmente, a capacidade do Estado para definir, com maior precisão, os rumos do seu desenvolvimento futuro.

Começamos obras fundamentais, com a construção de armazéns a seco e a frio e uma série de rodovias, entre as quais a duplicação do trecho Maringá-Londrina - um dos mais importantes do País, pelas riquezas que escoa. Iniciamos a elaboração de projetos de viabilidade econômica e de engenharia final para solucionar todos os estrangulamentos rodoviários que existem no Estado. Expandimos os programas de pesquisas e de desenvolvimento de tecnologia de produto na área mineral, abrindo um campo até agora inexplorado à atividade industrial paranaense.

Adotamos uma nova sistemática para apoiar as iniciativas do empresariado, com a emissão de títulos da dívida pública, a dilatação de prazo especial para recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e a implementação do Programa de Estímulos às Atividades Produtivas, que objetiva financiar novos empreendimentos e a expansão dos atuais, exclusivamente no âmbito do setor privado da economia.

Criamos a Comissão de Política Financeira, órgão misto, integrado por membros do Governo e representantes da comunidade, encarregado de traçar a política financeira do Estado, aprovar projetos que deverão receber recursos provenientes dos títulos do Governo, analisar o endividamento do Estado e propor medidas no campo financeiro.

Iniciamos um estudo denominado "Estratégia de Ação Econômica do Paraná", que deverá estar concluído em cinco meses, que objetiva identificar novas oportunidades e soluções, possibilitando às administrações futuras realizar as mudanças necessárias para fortalecer a economia, em benefício da sociedade.

Mas, a ação do Poder Público e o trabalho do empresariado privado necessitam, cada vez mais, para acompanhar o ritmo do novo desenvolvimento mundial, de suporte científico da mais alta qualificação. Foi por este motivo que dedicamos atenção especial ao Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, fortalecendo seus programas de trabalho. Assim, criamos o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná - mediante a iniciativa de projeto de lei que mereceu a aprovação desta Assembléia - e o Prêmio Paranaense de Desenvolvimento e Tecnologia e elaboramos em conjunto com empresários e especia-

listas das diversas instituições científicas do Estado, o Programa Paranaense de Biotecnologia, destinado a orientar os esforços do Paraná nesta área avançada do conhecimento.

Os programas da área social absorveram na nossa administração mais de 50% dos dispêndios do Tesouro do Estado, demonstração de que a ênfase aqui registrada nos projetos de cunho econômico e nas obras de infra-estrutura, não significa *que tivéssemos relegado a segundo plano o atendimento às demandas sociais*. Ao contrário foram estas que definiram as prioridades dos investimentos no setor econômico.

Temos a convicção de que estas iniciativas nos autorizam a reafirmar o epíteto associado ao nosso período de Governo "Preparando o Paraná do Futuro". Todas as providências que aqui destacamos tem um horizonte muito mais amplo do que os trezentos dias que passamos à frente do Poder Executivo: elas objetivaram criar novos instrumentos de ação para que as futuras administrações do Estado desempenhem, com mais tranqüilidade, o importante papel do qual o Governo não pode abdicar: de indutor de desenvolvimento econômico e social.

Senhores representantes do povo paranaense!

A Constituição Estadual determina ao Governador que encaminhe Mensagem a esta Casa na abertura dos trabalhos de cada sessão legislativa, dando conta da situação do Estado e solicitando as providências que julgar necessárias ao bom desempenho do Poder Executivo, no exercício das suas funções constitucionais.

Procuramos cumprir a primeira parte deste mandamento com a maior fidelidade. Destacamos, nesta introdução e nas páginas que se seguem, problemas graves que a nossa sociedade terá que enfrentar para prosseguir no ritmo de progresso que os paranaenses esperam, e relatamos algumas das mais importantes ações desenvolvidas pelo Governo para dar ao Estado, as condições de enfrentar os dilemas que nos desafiam.

A Vossas Excelências nada mais tenho a pedir para meu Governo que termina daqui a trinta dias, com a posse do eminente Governador eleito Álvaro Dias.

O Governo, entretanto, e o Executivo, por via de consequência, não podem ser personalizados. O próximo Governador e os que, depois dele deverão vir, terão que enfrentar com maior angústia e mais urgência do que eu, pois, os problemas se aguçam e a sociedade torna-se cada vez mais exigente; o desafio de novas soluções, novas propostas e novos caminhos.

Permitam-me, pois, Senhores Deputados, que os conclame a continuar somando esforços com o Poder Executivo para que tenha

prosseguimento, na futura administração do Governador Álvaro Dias, a definição dos parâmetros e dos limites desse novo modelo de desenvolvimento econômico que, urgentemente, carecemos.

Permitam-me, também, que aproveite este momento singular que coincide com o início dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, para fazer uma advertência: o modelo de desenvolvimento que a sociedade paranaense almeja, capaz de traduzir em benefícios sociais os resultados econômicos, só será possível na medida em que o Estado, como já fez no passado, possa dispor livremente dos recursos que o trabalho do seu povo produz para destiná-los aos planos, programas e projetos apoiados pela nossa comunidade.

Em síntese: quando tivermos restaurada, em nosso País, a Federação; quando forem devolvidas aos Estados as suas prerrogativas de autonomia financeira, tributária e fiscal, suporte essencial para a autonomia administrativa. Quando existir a configuração jurídica de um novo Brasil, onde, verdadeiramente, se possa instalar uma Nova República.

Para alcançarmos este objetivo, precisamos mobilizar as lideranças do nosso Estado a fim de levar aos Constituintes o nosso clamor por uma reforma tributária, que já se faz tardia, e por esta redistribuição de atribuições entre a União, os Estados e os Municípios. Evidentemente, cabe a nós, políticos, a coordenação desta luta, motivo que me animou a propor a questão perante esta Assembleia que, renovada com o pronunciamento das urnas, em 15 de novembro último, representa, com toda a autoridade, o povo paranaense.

Esta solenidade marca o início de uma nova Legislatura. Dentro de quinze dias, nesta Casa, será investido na chefia do Poder Executivo o Governador eleito. Inaugura-se uma nova etapa na vida política e administrativa do nosso Estado.

Creio não haver dúvidas de que esse período será marcado por pressões cada vez maiores da sociedade brasileira, exigindo as reformas necessárias para que tenhamos um País economicamente mais forte e socialmente mais justo. As condições atuais da economia mundial e os desdobramentos previstos para o futuro próximo, entretanto, dificultam a ação governamental nesse sentido.

Tanto Vossas Excelências como o futuro Governador deverão enfrentar dias difíceis para a vida institucional do País.

Faço votos de que, fundamentados na independência dos Poderes, essencial para a sobrevivência do regime democrático, Legislativo, Executivo e Judiciário possam assegurar ao povo paranaense a tranqüilidade e a paz necessárias para que tenhamos

um novo ciclo de aperfeiçoamento democrático e os avanços sociais que, com tanta veemência, a sociedade reclama."

Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Esta Presidência *agradece* a presença do Governador, que vem prestigiar a nossa Casa.

Vossa Excelência, Governador João Elísio, que foi Parlamentar, que foi Deputado Estadual, que sabe das agruras e das dificuldades que um Deputado Estadual passa, nos sentimos orgulhosos por tê-lo em nossa Casa mais uma vez, e lhe agradecemos, de público, durante estes dez meses que Vossa Excelência foi Governador, ter prestigiado esta Casa e ter, como único Governador do Brasil, mandado uma Mensagem à Assembléia Legislativa, dando poderes constituintes a esta nova Assembléia.

Quero, portanto, Governador, vos agradecer, e dizer da nossa amizade e do nosso respeito, e que Deus vos acompanhe na vossa luta e seja muito feliz, porque Vossa Excelência orgulhou muito o nosso Paraná.

Da mesma Comissão anteriormente designada, acrescida dos Deputados Basílio Zannusso, Pedro Tonelli e Ezequias Losso, solicito que acompanhe Suas Excelências o Sr. Dr. Governador João Elísio Ferraz de Campos e o Desembargador Mário Lopes, DD. Presidente do Tribunal de Justiça, enquanto permanecerem no Palácio "Dezenove de

Dezembro".

Antes do encerramento desta sessão, a Presidência do Poder Legislativo deseja agradecer a presença de todas as ilustres autoridades e demais pessoas que aqui vieram abrilhantar esta solenidade, e solicito a todos os presentes a ouvirem o Hino Nacional, após o que, estará encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Ordinária para o próximo dia 09, segunda-feira, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n. 112, 113 e 114/86.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 92, 227, 273, 277, 291, 292 e 293/86, e do Projeto de Lei Complementar n. 294/86.

EM VOTAÇÃO

1. DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n. 115, 116 e 117/86.

a

1. DISCUSSÃO - da Proposição n. 165/84.

(É executado o Hino Nacional)

Levanta-se a Sessão.